

## DESAFIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS<sup>1</sup>

Ana Paula Pereira de Araújo Roque<sup>2</sup>

Suênia Aparecida da Silva Santos<sup>3</sup>

Ednalva Pereira dos Santos Mendes<sup>4</sup>

Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória histórica do sistema educacional no Brasil, apontando os aspectos centrais para a sua emergência no país, bem como, os desafios e entraves postos à educação norteada pelas diretrizes do projeto de Estado neoliberal, destacando, os problemas concernentes a estrutura física e humana das escolas e a relação entre discente-professor. Em termos metodológicos, o tema proposto por este artigo foi objeto de estudo desenvolvido no mestrado em Linguística e Ensino, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizado por meio de pesquisa bibliográfica e com abordagem predominantemente qualitativa de análise. Ademais, este artigo também é fruto das experiências e apreensões de um Projeto de Extensão ligado ao Curso de Serviço Social, da UFPB, intitulado: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, que desenvolve atividades junto ao alunado e suas famílias, na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, localizada na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Mediante o estudo, foi possível constatar que, para que a educação como direito se realize, é primordial que a perspectiva mercadológica da educação seja substituída por uma concepção voltada para a formação de sujeitos críticos e propositivos que assegure a qualidade na formação docente, escolas com estruturas físicas e condições adequadas de funcionamento.

**Palavras-chave:** Educação, Direito, Desafios, Neoliberalismo.

<sup>1</sup> Esse trabalho é resultado de uma Pesquisa de Mestrado, *campus* I.

<sup>2</sup> Mestre em Linguística e Ensino, Professora da Educação Básica, Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Inclusiva – UFPB, E-mail: [aproparaujo@gmail.com](mailto:aproparaujo@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora externa do Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social intitulado: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca” - UFPB, [sueniaparecida@hotmail.com](mailto:sueniaparecida@hotmail.com);

<sup>4</sup> Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e colaboradora externa do Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social, intitulado: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca” - UFPB, E-mail: [nalvapsm@outlook.com](mailto:nalvapsm@outlook.com);

<sup>5</sup> Professora Doutora em Educação, na Linha História da Educação, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba e vice-coordenadora do Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social intitulado: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca” - UFPB, E-mail: [gracamirandafs@gmail.com](mailto:gracamirandafs@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, ligada ao mestrado em Linguística e Ensino, que ocorreu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo objetivo foi a análise do direito à educação como um direito fundamental e os desafios para a efetividade desse direito, que se põem na atual sociedade. Ao longo do artigo, também busca-se analisar a trajetória histórica do sistema educacional no Brasil, apontando os aspectos centrais para a sua emergência no país, assim como os entraves colocados pelo Estado capitalista neoliberal para a realização do sujeito enquanto pessoa humana. Para isso, inicialmente buscaremos apresentar como o sistema educacional se constituiu ao longo dos anos no território brasileiro, versando sobre a importância da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seguida, apontaremos os desafios encontrados nas escolas públicas brasileiras sob o viés de uma educação guiada pelos moldes do capital. Vale ressaltar que, este artigo também é fruto da experiência e das atividades realizadas pelo Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social, da UFPB, intitulado: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionalidades na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, aplicado na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, que trata-se de uma escola pública da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Este mencionado Projeto tem como objetivo acompanhar os alunos(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família do Governo Federal, que se encontram em situação de infrequência escolar, buscando através de um olhar crítico, analisar as razões da evasão e do abandono escolar.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi do tipo bibliográfico e qualitativo, baseada nas discussões realizadas durante o mestrado em Linguística e Ensino, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e nas experiências e atividades do Projeto de Extensão: “O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionalidades na Educação: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, na cidade de João Pessoa-Paraíba, que

propiciou um subsídio a mais na elaboração deste artigo. Vale ressaltar que, no referido projeto, foram aplicadas rodas de conversas, dramatizações, oficinas pedagógicas, etc, em meio aos discentes e seus familiares. Tal projeto de Extensão é ligado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba, e tem como objetivo acompanhar, principalmente, o alunado que é beneficiário do Programa Bolsa Família do governo Federal.

## DESENVOLVIMENTO

A Educação é um direito social de todos, como preconizado na Constituição Federal de 1988, cuja responsabilidade é do Estado e da família, em conjunto com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, defende-se que, cabe ao Estado o papel fundamental e prioritário de propiciar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar, oferecendo um ensino de qualidade em todas as etapas e uma boa estrutura em suas instituições, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, compreende-se que a educação escolar é uma dimensão pioneira da cidadania, e tal pioneirismo é indispensável para a construção de uma consciência cidadã que facilitará o acesso da população na participação em espaços sociais e políticos, e não são poucos os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhecem e garantem esse acesso educacional a seus cidadãos.

Contudo, muitos são os desafios postos à educação, que permeada pelas diretrizes do modelo de Estado neoliberal, vivencia a contenção dos gastos públicos destinados ao ensino, numa onda de privatizações, onde o privado vai sendo valorizado, em detrimento do público, que vai deixando de ser alvo de investimentos pelos gestores públicos. E isso fica notório, observando os dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2017/18, que afirma que no Brasil, há 13 milhões de analfabetos, demonstrando que o Direito à educação não é universal à todos os cidadãos brasileiros.

Ademais, a educação dentro dos moldes neoliberais, passa a ser reduzida apenas a um caminho pelo qual os sujeitos se qualificam para o trabalho, e não são formados em sua totalidade humana, com uma formação crítica e cidadã, como foi garantido mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a escola “[...]”

adapta-se aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, identificados com a ideologia de mercado.”. (AZEVEDO, 2007, p. 11)

Assim, à educação, que anteriormente, possuía a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano, com o advento da sociedade de classes, passou a ser sistematizada de modo a atender os interesses do capital, posto que não é interessante para o mesmo uma sociedade consciente e bem articulada, já que isso representa uma ameaça ao seu desenvolvimento (TONET, 2012).

Diante desse processo, o Brasil apresenta de forma agravada, algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre as quais imensas deficiências no sistema educacional e precárias condições vivenciadas pelos docentes e discentes, em todas as esferas, da básica até a superior,

No que diz respeito aos docentes, os mesmos enfrentam a desprofissionalização, na qual passam a desempenhar tarefas que não são atribuições de sua formação; a flexibilização das formas de contrato, que, muitas vezes, são terceirizadas; a retirada da sua já relativa autonomia, posto que, em muitos momentos, ficam limitados aos ditames de superiores autoritários; a desvalorização e desqualificação enquanto profissional e indivíduo; a precarização no que tange as condições estruturais e materiais de desenvolvimento de suas atividades, principalmente sua precarização salarial; dentre outras. Enquanto que, no que se refere aos discentes, os mesmos se deparam com a flexibilização dos currículos, uma vez que parte das temáticas centrais são retiradas ou reduzidas para otimizar o tempo de formação; com a cobrança e a pressão exercida para o cumprimento dos prazos estabelecidos; com as más condições estruturais para a realização das aulas, a exemplo da insuficiência de recursos humanos e materiais. Logo, os cortes dos recursos públicos destinados à Política da Educação colocam tanto os docentes quanto os discentes em situações adversas para materializarem as suas funções sociais.

Vale ressaltar que, segundo Goldemberg (1993), tais desafios postos ao sistema educacional estão intrinsecamente ligados a herança da escravidão, pois durante todo o século XIX, enquanto ocorria a ampliação da cidadania e a universalização da educação básica nos países desenvolvidos, no Brasil o modelo societário ainda era escravocrata e permaneceu assim por longos anos, se caracterizando como último país ocidental a abolir a escravidão africana. Nesse contexto, a abolição tardia da escravidão trouxe

sérias consequências para a implementação e expansão do sistema educacional, devido a resistência das elites profissionais em estender a cidadania à população ex-escrava, havia uma dificuldade da sociedade em aceitar e promover o ensino universal para todos.

Assim, pautado no projeto português, a elite buscava reproduzir as relações de dominação e a permanência da estrutura social composta por dominadores e dominados. Dessa maneira, o sistema educacional vigente se caracterizava por ser elitista, seletivo e excludente. Em outras palavras, o mesmo era dirigido apenas à elite colonial, enquanto que as classes subalternas e empobrecidas da sociedade conviviam com a falta da escolarização e, assim, eram excluídos socialmente (NOGUEIRA, 2009).

Em 1889, com a Proclamação da República, ocorreu a reestruturação do Estado brasileiro, que impôs o federalismo como sistema político e a ideia de ensino como um direito, o que acabou fortalecendo o surgimento de diferentes concepções de ensino, dentre elas, as ideias positivistas, que pregavam a disciplina como obrigação da educação, a prioridade dos estudos científicos sobre os literários e a educação com a principal finalidade de promover o altruísmo e eliminar o egoísmo (SÁ, 2014).

Ademais, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de traçar um novo plano para a educação, que desse suporte para a implementação de um novo modelo econômico e de desenvolvimento que gerasse a ampliação das forças produtivas. Diante desse cenário, afirma-se que,

de um fator secundário no contexto do modelo agroexportador brasileiro, a educação foi sendo crescentemente valorizada, na medida em que se passava do modelo de substituição das importações ao modelo de internacionalização do mercado interno, que comporta o funcionamento de um núcleo econômico altamente produtivo, baseada no know how e na tecnologia das modernas sociedades capitalistas. (FREITAG, 2005, p. 212)

Nesse contexto, no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo ampliou o acesso à educação básica, tanto no ensino médio, como no superior, associando a educação ao desenvolvimento econômico e social. Esse período foi caracterizado pela implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, que estabeleceu as diretrizes do ensino público e privado no Brasil e responsabilizou o governo a investir 12% de sua receita de impostos em educação. Portanto, o Estado passou a ser um dos responsáveis por assegurar o acesso ao ensino, como salientado na LDB (Art. 3º § II):

O direito à educação é assegurado: pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

Sendo assim, no início dos anos 1960, a educação além de expressar a função de formar indivíduos, era considerada um mecanismo de mobilidade social. A educação representava para os sujeitos, segundo Lima e Júnior (2016, p. 3) “a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social”.

Posteriormente, nessa mesma década de desenvolvimento, o Brasil subscreveu, em reuniões internacionais, o compromisso de atingir até 1970 certas metas educacionais definidas, que visavam melhorias para o sistema, dentre essas estavam a Reforma Universitária, que ocorreu em 1968. Nesse contexto, as ideias da democracia dita populista ganharam destaque na luta pela diminuição do poder das oligarquias, no fortalecimento da burguesia e na ampliação dos ideais democráticos (NOGUEIRA, 2009).

Entretanto, mesmo com tais tentativas, a educação ainda era marcada por evidente espírito privatista e sem a unidade profunda necessária para a implantação do Estado moderno e democrático (TEIXEIRA, 1963). Ademais, após esse período de avanços, ocorreu a instauração da Ditadura Militar (1964-1985), que acabou impondo, o recuo do sistema educacional brasileiro, com a precarização da qualidade do ensino em todos os níveis e a consolidação da concepção de educação direcionada à dominação social e, conseqüentemente, a manutenção da desigualdade entre as classes sociais.

É pertinente salientar que, o golpe militar impôs que grande parte dos movimentos sociais fossem desativados e a instauração de uma educação destinada ao atendimento dos interesses do capital. Bem como, o empobrecimento das escolas brasileiras, com o fracasso de vários projetos que tinham sido incentivados para a melhoria das mesmas.

Desse modo, no Brasil, foram ampliadas as reformas educacionais, com o intuito de garantir as exigências de um mundo dito “moderno”, em que se observou mudanças pedagógicas nos níveis de ensino fundamental e médio e nas modalidades curriculares incorporadas a partir dos traços adotados pela educação mercantilista (TONET, 2012).

Nos anos posteriores, após diversos movimentos de luta pela redemocratização do país, na década de 1980, os movimentos associativos populares passaram a reclamar direitos indispensáveis e um deles, o direito à educação. Nesse cenário, surgiram diversos movimentos populares, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que foi instituído pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, que visavam a profissionalização, a aprendizagem da leitura e escrita, à aquisição do vocabulário e cultura. Destaca-se que tal proposta de alfabetização de adultos foi fundamentada na teoria do educador Paulo Freire, que compreende a educação como prática de liberdade. Nesse sentido, a ação política alia ao saber letrado o saber popular, por meio da conscientização dos indivíduos. Porém, como tais movimentos se baseavam numa concepção libertadora, o governo tratou de burlar a proposta e o que se viu foi a mera reprodução do conhecimento, não promovendo a formação integral e crítica dos sujeitos. Desse modo,

O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa (REFUFELS, apud NISKIER, 1989, p. 371- 372).

Destarte, o governo visava “a regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e reduzido caráter redistributivo” (PINHEIRO JÚNIOR, 2014, p. 8).

Logo, tal período, ficou marcado pelo sucateamento de diversos serviços públicos, dentre eles, a educação, e vale destacar que,

[...] no pós-64, ao longo do período de autoritarismo, que se consolida o arcabouço político-institucional das políticas sociais brasileiras. Suas características podem ser expressas nos seguintes princípios: 1. extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo; 2. fragmentação institucional; 3. exclusão da participação social e política da população nos processos decisórios; 4. autofinanciamento do investimento social; e 5. privatização (SOARES, 2001, p.209).

Regido por essa lógica, a educação passa a se configurar como uma importante ferramenta do governo para a conquista de seus objetivos, pois através dela passaram a ser disseminadas os ideais nacionalistas que propagavam a neutralização de qualquer atividade revolucionária por parte da sociedade e a valorização do ensino técnico,

visando à preparação de mão de obra qualificada para atender as exigências do mercado.

Assim, a educação passou a ser direcionada pelas diretrizes propostas pela pedagogia tecnicista, inspirada nos princípios da eficiência e produtividade, onde a prioridade é a qualificação profissional dos indivíduos, visando tornar a educação mais objetiva e operacional.

Nos anos posteriores, surgiram algumas mobilizações contra o regime ditatorial e constantes reivindicações que resultaram na instauração da Assembleia Nacional Constituinte em 1986, que resulta em 1988 na promulgação da Constituição Federal denominada de Constituição Cidadã, que se configurou como um grande marco no âmbito das políticas sociais, pautada pelos princípios da equidade e universalidade de direitos, sendo responsável pela ampliação de direitos nos âmbitos da saúde, educação, assistência e previdência social (PIANA, 2009).

Sendo assim, a Constituição de 1988 trouxe a educação sob uma perspectiva política e de interesse público, inserindo-a como um direito social cuja prestação e acesso é dever do Estado e da família, dentro de uma nova concepção de cidadania, onde o sujeito de direitos deixa de ser visto de forma generalizada e passa a ser concebido em sua concretude, com suas especificidades e peculiaridades. No entanto, na prática, esse direito à educação não conseguiu ser plenamente efetivado, tendo em vista, que o Brasil, devido a fatores históricos e culturais, é um país que se caracteriza pela desigualdade social e econômica, que tende a dificultar o acesso e a implementação universal das políticas sociais.

Nesse cenário, constata-se que não é suficiente “afirmar que todos são iguais perante a Lei; é indispensável que sejam assegurados a todos, na prática, um mínimo de dignidade e igualdade de oportunidades” (DALLARI, 2004, p. 46).

Vale destacar que, na década de 1990, sob o governo de Fernando Collor de Mello e posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que assume o poder em meio a uma crise gerada pelos gastos e a falta de planejamento com as políticas sociais, o governo buscou como saída, a instauração do modelo econômico neoliberal. Nesse contexto, esse período foi marcado pela liberalização comercial, privatizações e crescimento econômico permeado por expressivas variações.

No campo social, houve o desmonte dos aparatos estatais de provisão social (o que acabou comprometendo o atendimento das necessidades básicas da população) e a diminuição dos gastos dirigidos para a esfera social, assim, o Estado passou a concentrar-se no apoio direto ao capital. Levando em conta o falso discurso de

[...] que o excessivo gasto governamental com políticas sociais públicas é nefasto para a economia, porque gera déficit orçamentário que, por sua vez, consome a poupança interna, aumenta as taxas de juros e diminui a taxa de inversão produtiva; [...] que a regulação do mercado pelo Estado é negativa porque, ao cercear o livre jogo mercantil, tal regulação desestimula o capitalista de investir; [...] que a proteção social pública garantida, sob a forma de política redistributiva, é pernicioso para o desenvolvimento econômico porque onera as classes possuidoras, além de aumentar o consumo das classes populares em detrimento da poupança interna. (PEREIRA, 2002, p.36).

Portanto, nesse contexto, o Estado acaba transferindo a sua responsabilidade em garantir a efetivação dos direitos sociais para o setor privado, fazendo com que os serviços públicos fiquem subordinados a este setor e, assim, legitimem a ideologia perpassada pelo capital. (GUZZO; FILHO, 2005) Ademais, o público adota um caráter mercadológico, inclusive, a educação, posto que no neoliberalismo, esta “[...] “não passa de um serviço e de um produto como qualquer outro a ser trocado no mercado” [...]” (APPLE, 1999 apud SOUSA; MARTINS; JUNQUEIRA, 2016, p. 127)

Nesse sentido, a educação passa a ser reduzida apenas a um caminho pelo qual os sujeitos se qualificam para o trabalho e não em sua totalidade humana como foi garantido mediante a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a escola “[...] adapta-se aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, identificados com a ideologia de mercado” (AZEVEDO, 2007, p. 11).

Com isso, evidencia-se que uma formação humana integral não condiz com a forma de sociabilidade instaurada pelo capital, em que a força de trabalho tida como mercadoria deve funcionar como produtora e reprodutora de novas mercadorias para a obtenção do lucro (TONET, 2012). Mediante a isso, surgem diversos desafios no âmbito da educação, como a precarização do ensino.

Logo, conclui-se que, os contextos mundial e brasileiro, ao longo dos últimos vinte anos, refletiram, significativamente, para a imposição de diversos desafios para o acesso à educação, dentre eles, o colapso do comunismo, a ascensão e crise do modelo neoliberal, o aprofundamento do processo de globalização da economia, a estabilização econômica, a alternância no poder e etc. Diante de tais mudanças, no Brasil, houve algumas iniciativas de reforma educacional, sustentadas, em sobremodo, pelo texto Constitucional de 1988, embora, houve a alteração de algumas de suas normas, sendo dos seus dez artigos relacionados a seção educacional, cinco alterados (TONET, 2012).

Dentre tais iniciativas na educação brasileira, a mais importante delas foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que ocorreu por meio de mudança, feita pela Emenda nº 14, de 1996, da redação original do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por sua vez, dez anos depois foi novamente alterado para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), evolução do fundo anterior. Outrossim, também foram instituídas a Lei nº 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que priorizam o acesso e a permanência do aluno na escola, objetivando a formação do usuário para o exercício da cidadania, sua preparação para o trabalho e participação social.

Todavia, mesmo com tantas mudanças, estas não foram capazes de permitir o acesso universal e igualitário ao sistema de ensino. Nesse cenário, o sistema educacional gerido pelas teses neoliberais (em defesa de um “Estado mínimo para o social” e um Estado máximo para o capital”), sofreu com a redução dos gastos com educação por parte do Estado, num processo de flexibilização (abertura do setor para investimentos privados – instauração do ensino em redes privadas) e com as limitações advindas da ausência de ação eficaz para combater as desigualdades interestaduais e inter-regionais.

Isto posto, conclui-se que “os déficits sociais do país não foram sanados ao longo do tempo, os desafios e limitações do século passado ainda não foram erradicados nos governos da história recente” (SILVA, et al. 2015, p.6).

Assim, tendo em vista que, o sistema educacional brasileiro se caracteriza como não equitativo, pois a responsabilidade pela oferta da educação básica é dividida entre estados e municípios, é necessário que o governo busque fórmulas para que ocorra o aumento de seus investimentos em educação e a distribuição mais equitativa dos recursos disponíveis, entre os níveis de ensino e as regiões.

Vale ressaltar que, além desse desafio, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo com a evasão e o abandono escolar, a falta de valorização dos profissionais do ensino (condições precárias de trabalho e baixa remuneração), as diversas demandas sociais que podem ser encontradas no ambiente escolar, como, o preconceito, a discriminação, violência escolar, bullying, ente outros.

Ademais, no ensino existem diversos problemas nas relações aluno – professor, que, na maioria das vezes, se caracterizam por serem autoritárias, onde ocorre a

extrapolação dos limites da autoridade atribuída ao docente que, deixa de desempenhar seu papel de mediador se colocando como superior ao aluno em todos os sentidos, desconsiderando o papel que o aluno possui na prática pedagógica (OLIVEIRA, et al., 2017).

Nessa conjuntura, faz-se necessário que o docente, que, muitas vezes, utiliza tal prática como modo de não perder sua autoridade pedagógica ou quando se sente inseguro em relação ao conteúdo que ministra, reveja sua conduta e se autoavalie, tentando olhar o aluno de forma personalizada, como um ser que é produto do meio onde vive, buscando ter conhecimento de quais fatores externos estão contribuindo para aquela atitude indisciplinada do discente em sala de aula, ou seja, é necessário vê-lo de modo contextualizado e humanizado, respeitando seus direitos e considerando sua condição de ser em desenvolvimento e que precisa de atenção priorizada, competente e especial, que colabore com o crescimento integral de todo o seu potencial de pessoa humana. É fundamental que seja tratado, de fato, em sua integralidade: física, emocional, material, espiritual, social, cultural, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro fator que, vale ser analisado diz respeito aos sérios problemas de infraestrutura presentes nas escolas públicas do Brasil, que acabam intervindo negativamente no desenvolvimento e na aprendizagem dos discentes. Nesse contexto, segundo Miranda et al. (2016), alguns estudos já comprovaram que condições desfavoráveis de conforto ambiental são causa de mau desempenho dos alunos. Elali (2003) afirma que as condições do ambiente, tais como a acústica da sala, a ventilação, temperatura e luminosidade, podem interferir bastante no desempenho dos alunos. Assim, o ambiente escolar deve ser um espaço multicultural e de múltiplos saberes, que propicie a socialização entre educandos e proporcione uma aprendizagem significativa.

Assim, as escolas brasileiras vivem um quadro de falta de condições mínimas para o ensino-aprendizagem: livros, materiais didáticos, bibliotecas, laboratórios e, em muitos casos, falta mesmo de carteiras, lousas, giz e etc. Ademais, segundo Mello (1991), os prédios onde se situam as instituições de ensino, em sua maioria, se encontram em péssimas condições de conservação devido principalmente à morosidade e ineficiência da máquina burocrática para realizar manutenção preventiva. Assim, o sistema educacional brasileiro se encontra

num contexto de desorganização da unidade escolar, num padrão de gestão segmentado e descontínuo, agravado pelo fato de que a ausência de avaliação de resultados, em termos do progresso de aprendizagem dos alunos, a centralização e a hierarquização produzem uma situação de impunidade. Ninguém é responsável e ninguém presta contas do que é substantivo, ou seja, se os alunos estão ou não aprendendo (MELLO, 1991, p. 22).

Portanto, uma das mudanças que deve ser feita no atual modelo de educação, é a reorganização institucional dos sistemas de ensino e uma ampla descentralização desses sistemas, impondo às escolas iniciativa e autonomia de decisão quanto ao seu projeto pedagógico, num processo de construção de sua identidade institucional.

Nessa conjuntura, faz-se necessário que o Estado adote um sistema eficiente de financiamento e transferência de recursos que vise a “aumentar os montantes destinados às escolas e à equalização das condições, compensando desigualdades sociais e regionais” (MELLO, 1991, p. 32). Em outras palavras, é essencial que o governo reveja o padrão de financiamento e a alocação de recursos, de modo que eles passem a atender equitativamente as escolas, quanto aos insumos materiais.

Vale ressaltar que, dentro desse processo de relocação de recursos para as instituições de ensino, é fundamental também que haja melhorias, no que tange a forma de utilização do espaço, que deve ser bem distribuído com salas de aula, salas de informática, quadra, entre outros, sendo efetivamente bem utilizados e trocados, quando em más condições, visando proporcionar um ambiente mais agradável aos discentes.

Outra dificuldade encontrada nas instituições de ensino, tem sido a violência escolar, dentre elas, agressão física e verbal e o bullying, que tem se configurado como uma das expressões da questão social da atualidade que tem gerado muita preocupação, inquietação e debates, devido à enorme dimensão que tem tomado e as consequências nefastas que tem provocado. Nesse contexto, segundo Oliveira (et al., 2017), uma das causas dessa violência produzida no ambiente escolar, é a violência social pela qual os alunos são, geralmente, submetidos.

Tal violência é grandemente vivenciada no âmbito privado também, denominada de violência doméstica, e toda essa violência é reproduzida na escola. Assim, problemas como “maus-tratos verbais e/ou físicos, dificuldades econômicas, moradias inadequadas, entre outras, atrelados à violência midiática, culminam por provocar um comportamento alterado destes” (OLIVEIRA, et al., p. 31, 2017). Desse modo, a totalidade da vida social acaba sendo bastante afetada pelas transformações

societárias decorrentes do capitalismo tardio e do processo de globalização (CEOLIN, 2014).

Diante disso, torna-se necessária a criação de medidas administrativas de contenção da violência, bem como, a elaboração de projetos de combate preventivo e ostensivo a este problema. Ademais, é imprescindível a implementação de atividades de conscientização sobre o assunto em questão, a partir de dinâmicas, instrumentos lúdicos, debates, palestras, dramatizações, oficinas, visitas e orientação familiar, entre outros. Desse modo, é fundamental que a gestão das escolas encontrem estratégias de superação da violência no cotidiano escolar, numa ação que envolva a família, a equipe interdisciplinar e a comunidade, por meio do diálogo e do resgate a autoestima dos alunos e o cultivo de tratos mais afetuosos entre todos. Nessa perspectiva, a edificação de uma cultura de paz e de afeto é imprescindível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional brasileiro ao longo de sua trajetória histórica, experimentou fases de avanços e retrocessos, uma vez que o projeto político e econômico de caráter burguês vigente no país, sempre apresentou influência no setor educação.

Somente com a Proclamação da República que o ensino passa a ser tratado segundo a concepção de direito, posto que o Estado brasileiro experimentou uma reestruturação em suas bases, possibilitando a ampliação de reformas no âmbito da educação. Dentre as mudanças vivenciadas pelo sistema educacional, destacamos a criação da LDB, em 1961, ascendendo uma nova fase para a educação brasileira, principalmente por priorizar a regulamentação do setor público e privado, da educação básica ao ensino superior. Vale destacar, que a LDB veio afirmar o direito à educação, que posteriormente foi garantido na Constituição Federal de 1988, ao passo que definiu as responsabilidades entre as três esferas gestoras: União, Estados e Municípios.

Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a educação voltou a experimentar momentos difíceis para a sua efetivação, dado que a lógica mercadológica estreitou o seu caráter emancipador, uma vez que o sistema educacional passou a ter a função central de formar o indivíduo para o mercado, e não mais para atender a integralidade das suas necessidades. Nesse sentido, as instituições públicas de

ensino à medida que foram privatizadas, passaram a reproduzir ainda mais a ideologia dominante, fazendo com que à educação fosse adotado um caráter de mercadoria como qualquer outra produzida.

Ademais, essa nova faceta da educação colocou entraves para a efetivação da emancipação humana, haja vista que o capitalismo inibe qualquer forma de atividade voltada para este fim, o que dificulta na construção de sujeitos conscientes de sua condição na sociedade capitalista, que possa vir a criticar esse modo de produção, na busca de sua superação. É indispensável ressaltar, que o mercado busca formar indivíduos passivos, para que estes sejam absorvidos pela sua lógica sem questionar, e assim, reproduzir fielmente os seus princípios, disseminando-os cada vez mais na sociedade.

Por fim, entendemos que para que a educação emancipadora se realize, é primordial que a perspectiva mercadológica da educação seja substituída pela concepção cidadã, ou seja, uma educação voltada para a formação de sujeitos críticos e propositivos, sendo esta considerada como um direito histórico, diferente de como é preconizada na sociedade capitalista. Além disso, é importante respeitar as necessidades dos sujeitos em sua integralidade e não de forma isolada, como faz o capitalismo, na medida em que restringe a liberdade plena dos sujeitos.

Levando em conta que, o espaço educacional é de suma importância para o desenvolvimento das capacidades da criança e do adolescente, fazendo-o sentir-se parte integrante e importante do ambiente, numa sensação de pertencimento, é imprescindível que a escola organize espaços flexíveis e versáteis, compostos por ambientes que possibilitem a criação de novos saberes e novas experiências, favorecendo o autoconhecimento, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas, entre outras.

Torna-se imperativo o empenho de olharmos a escola como espaço potencialmente responsável pelo desenvolvimento da formação crítica e política, por conseguinte, espaço de fortalecimento e ampliação das conquistas sociais.

Em síntese, o que essa reflexão sugere é o reconhecimento da urgente necessidade de priorização de políticas públicas focadas na efetiva garantia do direito a educação. Assegurar qualidade na formação docente, escolas com estruturas físicas e condições adequadas de funcionamento.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clovis de. **Educação pública: o desafio da qualidade.** Estudos avançados 21 (60), 2007, p. 7-26. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a02v2160.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2019.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao/](http://www.planalto.gov.br/acervo/legislacao/)>. Acesso em: 07 ago 2019

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao/](http://www.planalto.gov.br/acervo/legislacao/)>. Acesso em: 07 ago 2019.

CARLOS, Marcos Carvalho. Os conceitos de autoridade e autoritarismo na relação professor-aluno. In: **XVII Congresso Internacional de Humanidades, Palavra y Cultura en América latina: herencias y desafíos Memoria e identidad en el contexto sociolingüístico y cultural latino-americano.** Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Santiago de Chile, octubre, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/TALIT/Downloads/725Texto%20del%20art%C3%AD\\_culo-2571-1-10-20170505.pdf](file:///C:/Users/TALIT/Downloads/725Texto%20del%20art%C3%AD_culo-2571-1-10-20170505.pdf)>. Acesso em: 20 de ago 2019.

CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264 abr./jun. 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.

ELALI, G.A. **O ambiente da escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil.** Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 309-319, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra LTDA, 1967.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil.** São Paulo: Estudos Avançados, vol.7 no.18, Mai/Ago., 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>>. Acesso em: 15 julho 2019.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educacionais**. v.4 n.2 Ibirité dez. 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005)> Acesso em: 28 julho 2019.

LIMA, Antonio; JÚNIOR, Ronaldo. **Panorama da Educação Brasileira na década de 1960**. Editora Realize, 2016. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_M D1\\_SA1\\_ID2286\\_14082016222320.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_M D1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf)> Acesso em: 31 julho 2019.

MELLO, Guiomar N. de. **Políticas públicas de Educação**. São Paulo: Estudos Avançados. vol.5, n.13, 1991.

MIRANDA, Pauline; PEREIRA, Ascísio; RISSETTI, Gustavo. A influência do Ambiente Escolar no processo de aprendizagem de Escolas Técnicas. In: **II Fórum Internacional de Educação. VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação. XIV Fórum Nacional de Educação. XVII Seminário Regional de Educação Básica**, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/TALIT/Downloads/14918-11921-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 10 julho 2019.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história**, São Paulo: Melhoramentos, 7. ed., 1989.

NOGUEIRA, Danielle. **A Trajetória Histórica das Políticas Educacionais brasileiras e o desenvolvimento da educação a distância no Brasil**. Amazônia: UNAMA, 2009, p. 1-15.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a Glance Edition. OECD, 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/educationataglance2007-home.htm>>. Acesso em: 15 julho 2019.

OLIVEIRA, Maria Goretti; PEREIRA, Maria Aparecida; GOMES, Maria de Fátima. Violência Escolar: Aspectos que contribuem para essa prática. In: **Novas Edições Acadêmicas**, 2017.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Scielo Books. Acesso em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>> 15 de julho 2019.

PINHEIRO JÚNIOR. A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010. In: **XVI Seminário sobre a Economia Mineira**, 2014, Diamantina. XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014.

SOUSA, Laryssa Paulino de Queiroz; MARTINS, Lucinéia Scremin; JUNQUEIRA, Ivanilda Aparecida Andrade. O Discurso Neoliberal e a Educação na Contemporaneidade. **Vivências**. Vol. 12, N.23: p.126-133, Outubro/2016. Disponível em: <[http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero\\_023/artigos/pdf/Artigo\\_13.pdf](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_023/artigos/pdf/Artigo_13.pdf)>. Acesso em: 28 julho 2019.

SÁ, Robison. **Augusto Comte, o positivismo e a Escola**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/auguste-comte-o-positivismo-e-a-escola/>> Acesso em: 4 julho 2019.

SILVA, João Paulo. **Políticas Sociais e Serviço Social no Brasil: Das Raízes de 1930 Até a Atualidade**. Notas de estudo de Serviço Social. Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), 2015.

SOARES, Laura. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, Cap. II, p. 42-46, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. Estado atual da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar., p.8-16, 1963.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.